O Estado em guerra contra a família

O livro The War Between the State and the Family*, em boa hora editado pelo Institute of Economic Affairs, constitui uma poderosa e bem fundamentada denúncia da forma como as políticas sociais levadas a cabo nas últimas décadas no Reino Unido têm fornecido incentivos à separação das famílias e à atomização da vida social.*

É uma obra essencialmente centrada no caso inglês mas que proporciona importantes ensinamentos, mesmo a quem não esteja especialmente interessado na realidade britânica. No caso português, permite-nos compreender as implicações de alguns erros já cometidos no domínio das políticas sociais e serve de alerta para o perigo de algumas ideias e tendências que nos últimos tempos têm vindo a ganhar peso.

Como muito bem realça Philip Booth, no prefácio à obra, o ponto de partida para uma discussão sobre a família no âmbito das políticas públicas deve ser a compreensão da forma como estas (e os indivíduos que as integram) reagem aos incentivos. Por outro lado, é essencial ter presente que a família é uma unidade no âmbito da qual se processam regularmente e de forma estruturada transferências muitos substanciais de recursos entre indivíduos. Pela sua própria natureza, as famílias incorporam quase sempre enormes volumes de redistribuição voluntária de recursos: entre marido e mulher, entre pais e filhos (em ambos os sentidos, dependendo geralmente do momento no ciclo de vida) e, em muitos casos, ainda que com menor peso, entre membros da família alargada. A família é verdadeiramente o núcleo fundamental da redistribuição de recursos e o elemento basilar da organização social.

A análise de Patricia Morgan parte de alguns dados que dão conta de evoluções dramáticas nas estruturas familiares inglesas. Ao mesmo tempo, procura identificar as suas principais consequências e avaliar o papel das políticas públicas nessas profundas e rápidas mudanças. Vale a pena assinalar alguns dados relativos à situação inglesa: entre 1961 e 2004, a proporção de habitações com apenas uma pessoa passou de 14% para 30% (com as projecções actuais a apontarem para valores na ordem dos 40% para 2021); num período de tempo similar, entre 1970 e 2004, a proporção de nascimentos fora do casamento aumentou de 8% para 42%. Simultaneamente, a taxa de divórcios aumentou de forma acentuada no início dos anos 1970 e permaneceu em valores elevados desde então, ao mesmo tempo que aumentou o número de pessoas que nunca chegam sequer a casar. Por sua vez, o aumento da proporção de situações de mera co-habitação está associado a taxas muito mais elevadas de separação para todos os estratos sociais: nos casos em que há filhos, a taxa de separação até ao quinto aniversário da criança é de 8% para pais casados, mas de 62% para pais em regime de co-habitação sem casamento. Como não espantará face aos dados apresentados, estas mudanças drásticas têm sido acompanhadas por um aumento significativo da proporção de crianças que vive em famílias mono-parentais.

As consequências da fragmentação da família e da crescente atomização da sociedade inglesa são igualmente expressivas. Devido às rápidas mudanças sociais em curso, estima-se que entre 1995 e 2016 o número de habitações inglesas terá de crescer quase 25%, um processo que gera fortíssimas pressões sobre os preços do imobiliário e sobre a utilização dos recursos disponíveis. Uma vez que as estimativas apontam para uma estagnação da população inglesa nativa, note-se que cerca de um terço do aumento de casas necessárias resulta do volume de imigração, sendo o restante atribuível à crescente fragmentação das famílias inglesas.

O aumento da mono-parentalidade e das situações de co-habitação sucessiva sem casamento coincide com o acumular de estudos que apontam para as consequências verdadeiramente devastadoras da atomização. As crianças integradas e criadas em famílias tradicionais (em que os pais estão casados) apresentam os menores índices de problemas psicológicos e criminais e conseguem os melhores resultados educacionais e de emprego, tendo além disso uma maior probabilidade de serem pais bem sucedidos. Simultaneamente, a fragmentação da família coloca exigências crescentes aos serviços pú-

blicos, que são cada vez mais confrontados com a necessidade de preencher a ausência das tradicionais fontes de apoio conjugal e inter-geracional.

A constatação das drásticas mudanças assinaladas não implica naturalmente, só por si, a condenação das políticas públicas desenvolvidas nas últimas décadas. No entanto, Patricia Morgan acrescenta à descrição da crescente atomização da sociedade inglesa uma análise detalhada da verdadeira guerra cultural, legal e económica que os sucessivos governos (tanto conservadores como trabalhistas) têm movido contra a família tradicional ao longo das últimas décadas. O consenso tácito, abrangendo todo o espectro político britânico, parece ser o de que nada de crítico pode ser dito sobre a rápida mudança das estruturas familiares. No entanto, este aparente consenso politicamente correcto coexiste com fundamentações neo-marxistas para as políticas públicas (em que quaisquer relações de reciprocidade e dependência no interior da família tendem a ser denunciadas como formas de exploração e submissão). Ao mesmo tempo, a lógica social-democrata (combinada algumas vezes com fundamentações de inspiração marxista e outras com objectivos ditos liberais) tem sido a de privilegiar uma noção atomista de autonomia individual, em que cada pessoa é concebida como existindo num vácuo social e todas as relações não escolhidas são vistas como obstáculos indesejáveis à prossecução de objectivos hedonistas.

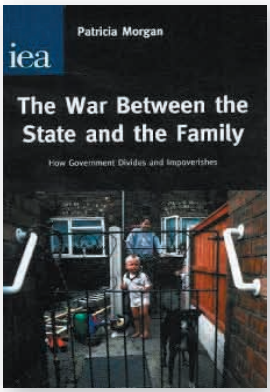
A autora contrasta estas visões, que se tornaram dominantes, com a do liberalismo clássico, que combina harmoniosamente o auto-desenvolvimento dos membros da comunidade com a prossecução do bem comum através de um individualismo que se expressa por meio de padrões sociais e tradições partilhadas e não em oposição a elas. Numa lógica genuinamente liberal, não há lugar para o planeamento centralizado e "top down" do sistema social através de políticas sociais invasivas de todos os aspectos da vida familiar e comunitária. Mas sim a políticas em que as relações e instituições sociais espontâneas assumem o papel coordenador central, desde logo porque está largamente para lá das capacidades de qualquer mente humana a possibilidade de controlar de forma centralizada a vida social. A concepção liberal clássica invocada pela autora remete assim implicitamente para o princípio da subsidiariedade, frequentemente invocado por decisores políticos mas raramente respeitado. Ao mesmo tempo, a análise de Morgan incorpora a distinção de Hayek entre o individualismo "verdadeiro" (que concebe a pessoa humana inserida num contexto concreto de valores, usos e tradições e valoriza a ordem espontânea e a acção da família e do terceiro sector independente) e o individualismo "falso" (que preconiza o indivíduo como átomo num vácuo social que poderia ser manipulado racionalmente através de planos de engenharia social concebidos por especialistas supostamente omniscientes e governantes supostamente benevolentes).

A guerra do Estado contra a família assenta em várias ideias que norteiam as políticas públicas. Entre estas, para além dos já referidos conceitos gerais de exploração (de inspiração marxista) e de autonomia num vácuo social (de inspiração social-democrata) estão o objectivo dogmático de colocar o maior número possível de mulheres a trabalhar. Daí que a maternidade seja concebida como um projecto essencialmente solitário da mulher e as famílias assentes no casamento sejam desvalorizadas e abertamente alvo de formas de discriminação negativa por parte das políticas públicas. Assim, o rendimento combinado de um casal serve para desqualificar os membros da família da possibilidade de receber assistência estatal ao mesmo tempo que o sistema fiscal inglês não reconhece - para efeitos de tratamento fiscal - que esse rendimento tem de suportar os vários elementos do agregado familiar. A situação é igualmente grave no domínio da habitação em que, desde meados dos anos 1980, as famílias mono-parentais passaram a usufruir de acesso prioritário à habitação social (acompanhado de um aumento do número de jovens mães solteiras) enquanto os casais foram penalizados com substanciais agravamentos fiscais. Outra medida com efeitos perversos (com paralelo directo na realidade portuguesa), concretizada também nos anos 1980, foi a limitação do abono de família por cada criança às famílias consideradas mais carenciadas. Ainda que tendo por ideal a visão benevolente de uma maioria de famílias independentes do Estado e de uma minoria de dependentes em que seria concentrado o auxílio estatal, o efeito prático da passagem de uma prestação moderada e universal para uma prestação mais avultada assente num teste de meios foi o de reforçar drasticamente a armadilha de pobreza para os sectores mais vulneráveis da população, contribuindo para o aumento e prolon-

A dissolução da família tradicional não correspondem a movimentos sociais espontâneos sendo antes o resultado de políticas públicas que subsidiam "formas alternativas" de família, destroem capital social e minam as instituições da sociedade civil.

gamento no tempo das situações de pobreza. Acresce que a guerra cultural e fiscal contra a família, associada a critérios discriminatórios no acesso à habitação social e aos incentivos perversos gerados pelo aumento das transferências assentes em testes de meios, gerou os tristemente célebres "sink estates", bairros sociais problemáticos que se tornaram focos de criminalidade e mecanismos privilegiados de reprodução da pobreza e exclusão social.

O emaranhado de créditos fiscais criados por Gordon Brown no âmbito das políticas sociais do New Labour veio ainda agravar mais os problemas de atomização, desagregação familiar e dependência do Estado. A nortear estas políticas, para além da discriminação contra as famílias tradicionais e do favorecimento das situações de monoparentalidade através da sua subsidiação massiça, esteve o dogma da independência financeira das mulheres (mais uma vez a maternidade como projecto solitário) e o desejo explícito de combater todas as vantagens da família nuclear assente no casamento. A situação criada no âmbito da guerra contra a família chegou a um ponto tal em que um casal com dois filhos e um salário de 480 libras por semana consegue um benefício anual de entre cerca de 10000 e 13500 libras se optar por se divorciar. É difícil imaginar uma forma mais explícita de promover o divórcio e a dissolução da família através da política fiscal.



The War Between the State and the Family: How Government Divides and Impoverishes
Patricia Morgan
Londres: The Institute of Economic Affairs, 2007, 155 pp.

Dadas as circunstâncias, não deverá surpreender que, para além da desagregação da família, sejam cada vez mais os casos de fraude. Os dados mais recentes apontam para estimativas de subsidiação indevida de cerca de 200000 casos de falsa monoparentalidade no Reino Unido. Números que não espantam se tivermos em conta que, por exemplo, para um casal com um filho em que o homem tem um rendimento médio e a mulher não trabalha, a perda conjunta resultante de declarar o seu estatuto de co-habitação supera as 9000 libras/ano. A guerra fiscal contra o casamento acontece ao mesmo tempo que as políticas públicas inglesas promovem uma crescente desresponsabilização dos pais e a socialização dos custos de criar crianças: uma tendência notória, por exemplo, na diminuição da aplicação das obrigações de pagamento de pensões de alimentos e na insistência na criação de uma rede pública de infantários. Um movimento que foi reforçado pela gradual fragilização legal do contrato de casamento. Um cenário que pode ser visto como a concretização do velho sonho bolchevique de desligar a procriação da família, incentivando as mulheres a ter filhos fora do casamento (e de vários parceiros) e promovendo a entrega das crianças daí resultantes ao Estado.

Na base de todos os erros cometidos no domínio da política social parece estar a convicção injustificável de que as camadas mais pobres da população são irracionais e incapazes de responder aos incentivos que o Estado lhes coloca. Os múltiplos dados apresentados e discutidos por Patricia Morgan demonstram à sacie-dade precisamente o contrário. Os incentivos perversos das políticas públicas inglesas (tanto de governos conservadores como trabalhistas) ao longo das últimas décadas geraram precisamente os resultados que correspondem a escolhas racionais dos indivíduos face ao contexto criado pelo Estado. A crescente atomização e a dissolução da família tradicional não correspondem a movimentos sociais espontâneos sendo antes o resultado de políticas públicas que subsidiam "formas alternativas" de família, destroem capital social e minam as instituições da sociedade civil.

Perante este cenário desolador, o que fazer? Morgan, embora reconheça não haver soluções perfeitas para corrigir os graves danos provocados, propõe algumas linhas de acção. Em primeiro lugar, voltar a permitir a realização de contratos de casamento mais sólidos e estáveis, em que as partes que os rompam unilateralmente e sem justa causa sejam obrigadas a assumir as suas responsabilidades. Em segundo lugar, parar a discriminação contra as famílias tradicionais assentes no casamento: uma boa orientação geral seria a de que em nenhuma circunstância deveria ser possível sair penalizado face ao Estado por estar casado. Em terceiro lugar, o Estado deveria deixar de subsidiar (directa e indirectamente) os modos de vida "alternativos": a verdadeira alternativa liberal consiste em permitir que os indivíduos tomem as suas opções mas assumindo as suas responsabilidades, incluindo os respectivos custos.

A um nível mais geral, há duas ideias chave que resultam da leitura da obra de Patricia Morgan. Uma é que a família tradicional não tem de ser favorecida pelo Estado mas as fortíssimas discriminações de que é alvo devem parar. Outra, não menos importante, é que não é suficiente lutar contra os inimigos da família de forma casuística ou episódica. É essencial ter uma visão global, estudar os problemas e reflectir sobre eles desenvolvendo uma sólida base teórica e empírica que permita combater os arautos da contra-cultura e defender racionalmente soluções alternativas no domínio das políticas públicas. Sendo certo que *The War Between the State and the Family* está essencialmente centrado na realidade inglesa, não deixa de constituir uma referência essencial para todos os interessados nestas matérias e um modelo para possíveis estudos futuros sobre a realidade portuguesa.